

# Ministério investiga missão estrangeira em Goiás

## O MAPA DAS MISSÕES RELIGIOSAS

BRASÍLIA — A manutenção de moderno e sofisticado equipamento de rádio por parte de uma missão religiosa estrangeira no Norte de Goiás está sendo investigada pelo Ministério da Justiça. O pedido de autorização de funcionamento da missão não previa a instalação do equipamento, considerado desnecessário pelas autoridades para o contato direto com os indígenas, comumente praticado pelos religiosos. Embora o nome da entidade permaneça em sigilo, sabe-se que o Summer Institute of Linguistics mantém na área uma de suas principais missões. No passado, a instituição esteve envolvida em diversos incidentes, entre os quais a distribuição de anti-concepcionais aos habitantes da Região Amazônica.

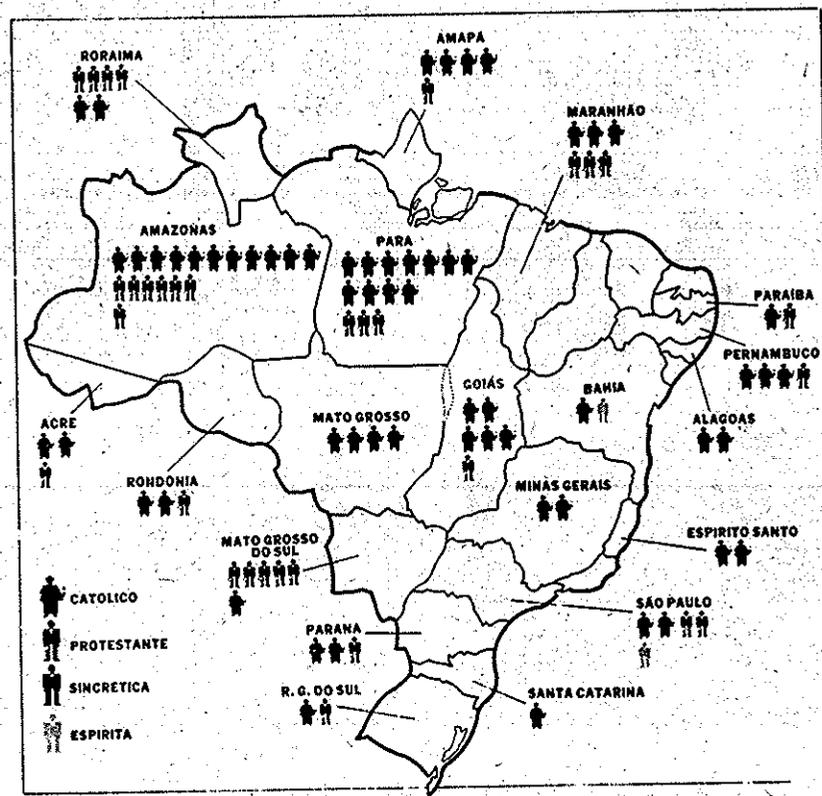
A legislação atual que controla os estrangeiros no País é "dispersa e afreada", admite o Diretor do Departamento Federal de Justiça do Ministério da Justiça, Euripedes Pimenta.

A Lei 6.815 de 1980, que regula os vistos para estrangeiros, prevê uma série de casos especiais para turistas, desportistas, estudantes e missionários — explicou Pimenta.

O Decreto 86.715 estabelece o máximo de um ano para a permanência de missionários estrangeiros no País, mas ela é passível de prorrogação ou até mesmo de obtenção de um visto permanente. Praticamente, a única restrição é relativa à mudança de domicílio.

O último levantamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) mostra que mais de 90 missões religiosas são "reconhecidas". Mas não é possível saber quais são em parte ou predominantemente estrangeiras, porque as instituições religiosas não fazem este tipo de distinção.

As missões operam em áreas indígenas há cerca de 40 anos e são controladas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), criada apenas há 18 anos. Para os antropólogos que atuam no setor, o grande problema é



Elas são mais de 90 e atuam principalmente no Centro e Norte do País

que, além das dificuldades para fiscalização, não existem recursos para retirar e substituir as missões", como admite Apoena Meirelles, ex-Presidente da Funai.

Entre as missões sob investigação, estão a Missão Evangélica da Amazônia (Meva) e a Novas Tribos do Brasil, que são norte-americanas e protestantes. Junto aos índios waiwai, em Roraima, estão atuando hoje os missionários da Meva, que foram

expulsos da Guiana. Já a Novas Tribos foi acusada por uma tribo do Acre de estar fazendo contrabando de minérios.

Entre as denúncias mais graves, está a do ianomami Marcelo, que acusou o padre Carlo Galli, italiano e salesiano, de escravizar índios da Região de Maturacá (próximo ao Rio Canãboris). No entanto, os registros da Funai são muito confusos e prati-

camente desde 1982 não há mais controle efetivo sobre o número de missionários que trabalham com populações indígenas. Sabe-se apenas que são "muito mais do que 700" e um dos maiores problemas é que o conceito de missionário ainda é muito amplo.

Outra grande preocupação da Funai são as instituições filiadas a missões religiosas. A Asas do Socorro, por exemplo, é considerada uma sociedade de utilidade pública, mas na verdade seu envolvimento com o contrabando de pedras preciosas chegou a ser comprovado nas investigações que envolveram o ex-Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Já o Summer Institute of Linguistics (SIL) tem como principal atividade apenas a tradução do novo testamento, como subsidiária da Wycliff Bible Translators, responsável por 92 por cento de seus recursos. Em seus estatutos, o SIL diz que "a Bíblia tem repetidamente efetuado grandes transformações por onde tem passado". E seu objetivo é "o soerguimento moral e espiritual do indígena, providenciando-lhe acesso à revelação da existência de Deus". Apesar de ser uma sociedade de caráter filantrópico sem objetivar lucros, tem aviões e barcos e em 1982 vendeu uma área superior a 3 mil hectares em Coxipó da Ponte, perto de Cuiabá (Mato Grosso).

Nas áreas em que atua, o SIL tem poderes superiores a própria Funai, como o de "não permitir o ingresso ou a permanência de pessoas, mesmo membros de entidades religiosas, que pela exteriorização de suas atitudes possam vir a trazer situações que provoquem animosidade no meio indígena e prejudiquem a ação missionária". Na verdade, as autoridades admitem que apesar de todas as suspeitas é difícil substituir estas entidades que dispõem de recursos como aviões para transportes de emergência, técnicos qualificados em línguas indígenas e de mapeamento e telecomunicações equivalentes ao próprio Exército brasileiro.

# em Goiás

FONTE : 2 GUROCO  
 DATA : 14 08 87

CLASS. : 189  
 PG. : 6